



Clipping Nacional

de

EDUCAÇÃO

Brasília, 22 de Agosto de 2019

MEC indica general da reserva para diretoria responsável pelo Enem

Com experiência em defesa cibernética e segurança de dados, Carlos Roberto Pinto de Souza será o quarto indicado para a Diretoria de Avaliações da Educação Básica, vaga desde maio

RENATAMARIZ

BRASÍLIA- O Ministério da Educação (MEC) vai nomear o general da reserva Carlos Roberto Pinto de Souza para a coordenação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele será o quarto indicado pelo governo Bolsonaro, em oito meses de gestão, para assumir a diretoria que cuida de avaliações da educação básica dentro do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vaga desde maio. Entre as ações executadas pelo departamento está o Enem.

Souza não tem experiência na área de avaliações educacionais, segundo o currículo que mantém na plataforma Lattes. Ele fez doutorado em Altos Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército brasileiro, com um trabalho intitulado "A inteligência e a guerra eletrônica no contexto da guerra da informação". Tem também mestrado em Estratégia pelo Exército dos Estados Unidos.

O próximo titular da Diretoria de

Avaliações da Educação Básica (Daeb) do Inep é atualmente assessor do Exército junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) na Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico. Souza foi chefe do Centro de Defesa Cibernética, vinculado ao Ministério da Defesa, quando coordenou a área pela pasta durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil, em 2016. Comandou ainda o Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército.

A escolha do militar para a Daeb, uma das mais importantes diretorias do Inep, foi confirmada ao GLOBO pelo MEC. A nomeação deve sair nos próximos dias, segundo a pasta. Procedimentos burocráticos estão em fase final de tramitação.

Internamente, apesar de não ter experiência direta com avaliações educacionais de larga escala, o nome do militar é visto como um quadro que pode ajudar no projeto do Enem Digital, com sua experiência em defesa cibernética e segurança de dados e sistemas. O governo anunciou que quer aplicar o exame totalmente eletrônico até 2026. Pesaram também na escolha, segundo interlocutores, especializações em gerenciamento de projetos e gestão de políticas em inovação que o general tem em seu currículo.

A área técnica do Inep considera que o Enem está encaminhado. A maior preocupação, hoje, é com o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), que prevê provas para mensurar a qualidade da etapa escolar. A escolha da empresa que aplicará o exame está nos trâmites finais. Na edição passada, em 2017, essa fase foi concluída em maio. O atraso no cronograma traz receios entre os servidores de que o Saeb não seja integralmente executado neste ano.

O primeiro indicado para a diretoria pela gestão Bolsonaro foi o economista Murilo Resende Ferreira, ligado ao movimento Escola sem Partido e seguidor do ideólogo de direita Olavo de Carvalho. Conforme revelou o GLOBO, Ferreira já chamou professores de desqualificados e manipuladores. A repercussão negativa das declarações levou o governo a procurar outro perfil. Antes de ser nomeado, Resende, de apenas 36 anos, participou de reuniões e circulou pelo Inep, mas ficou oficialmente no cargo por apenas dois dias.

O segundo diretor da Daeb foi o economista Paulo César Teixeira, que ficou pouco mais de um mês na função. Ele deixou o posto por solidariedade ao então chefe, Marcus Vinicius Rodrigues, demitido da presidência do Inep pelo ministro





à época Ricardo Vélez Rodríguez.

Depois, a Daeb foi ocupada por Francisco Garonce, que era coordenador-geral de Educação para o trânsito do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). Ele, no entanto, foi demitido após quebrar o protocolo de segurança do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), voltado a quem quer obter certificado de ensino fundamental e médio.

TROCA-TROCA

Conforme o GLOBO revelou, Garonce entrou na sala segura do Inep, onde ficam os itens das provas e outros dados sigilosos, para buscar a senha necessária para abrir o Cd da prova, que havia sido levado por um servidor à gráfica, em São Paulo, responsável pela impressão do exame. Esse código deveria ter sido memorizado por um outro funcionário do Inep, que também vai ao local, em voo distinto do primeiro servidor.

Em total desrespeito ao protocolo de segurança, Garonce foi mais de uma vez à sala segura e anotou a senha no braço, repassando-a por telefone à subordinada. Em casos assim, o correto seria recomeçar todo o processo a partir de Brasília.

Garonce foi exonerado. O Encceja chegou a ficar ameaçado, segundo o próprio governo, que ao anunciar o problema na segurança da prova afirmou não poder garantir que haveria aplicação em 2019. A data, porém, foi mantida, e o exame está marcado para o próximo domingo.

A própria presidência do Inep já foi ocupada por três pessoas indicadas pelo atual governo. Após Marcus Vinicius, assumiu o delegado da Polícia Federal Elmer Vicenzi, que também foi exonerado. Hoje, o presidente é Alexandre Lopes, que é servidor público federal de carreira na área de comércio exterior. Vicenzi e Lopes já foram escolhas do atual ministro da Educação, Abraham Weintraub, que, por sua vez, assumiu a pasta no lugar de Vélez Rodríguez.

Universidade cancela evento com palestrante pró-Israel após ameaça

Igor Gielow

SÃO PAULO A Universidade de Pernambuco cancelou palestra que ocorreria nesta quinta (22) sobre o processo de paz entre palestinos e israelenses sob alegação de ter recebido ameaças de grupo pró-árabes.

O palestrante seria o cientista político André Lasjt, ex-soldado das Forças de Defesa de Israel e diretor-executivo da ONG StandWithUs, que defende o sionismo.

“Tive de cancelar o evento por motivo de segurança. Desde às 8h a Associação Pró-Palestina e Muçulmana de Recife (nem sabia que isso existia) me telefonou de forma dura e grosseira, ameaçando a mim, ao palestrante e a universidade”, escreveu Karl Schuster, servidor da universidade e moderador do debate.

Ele enviou a mensagem a um grupo de professores da UPE. A Folha tentou falar com Schuster, sem sucesso.

Aqui começa uma guerra de versões. A palestra de Lasjt havia sido criticada por uma entidade de apoio aos palestinos em Recife, a Aliança Palestina - Pernambuco.

Em postagem na terça (20) na sua página no Facebook,

o grupo havia criticado o que considerava falta de isonomia da universidade em convocar um debate sobre o tema sem trazer também um representante ligado aos palestinos.

Também na rede social, Lasjt retrucou no mesmo dia com vídeo no qual acusava a Aliança de boicotá-lo e convidava seus membros ao debate.

“De acordo com eles, sou radical ou extremista. Nunca defendi crime contra quem quer que seja. Se quiserem participar do diálogo, debater comigo, espero vocês lá”, afirmou. Em nenhum momento o nome da Associação Pró-Palestina e Muçulmana de Recife surgiu, talvez porque não exista.

“Conhecemos vários grupos, nunca ouvimos falar desse. Não queremos boicotar a palestra, ao contrário, queremos participar”, afirma Pedro Valença, membro da Aliança.

Ao longo da terça, houve trocas de acusações nos comentários ao vídeo de Lasjt, que nesta quarta (21) postou um informalmente lamentando o cancelamento e acusando a Aliança.

“Não temos nada a ver com essa justificativa para cancelar o evento”, diz Valença, que é administrador de empresas na capital pernambucana.

Em 2016, a Aliança realizou um simpósio em conjunto com o Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco sobre direitos humanos na Palestina, ao qual participou um professor de origem judaica como contraponto à majoritária presença de ativistas pró-palestinos.

Valença acusa a UPE de abrigar um evento custeado pelo “poder financeiro do movimento sionista”. Lasjt, neto de um sobrevivente do Holocausto, afirma ter feito mais de 500 palestras pelo Brasil com apoio de sua ONG.

Ele se diz um sionista, ou seja, defende o estabelecimento de um Estado judeu nas terras da Palestina, tal e qual ocorreu em 1948, após os horrores do nazismo na Europa.

Por ter servido no Exército israelense, suas posturas costumam ser alvo de protestos. Há um ano, ele teve uma palestra na Universidade Federal do Amazonas interrompida por um grupo de ativistas que o chamaram de genocida.

“Infelizmente, não é a primeira vez que palestras minhas são canceladas ‘por motivos de força maior’, que hoje faço questão de denunciar”, escreveu nesta quarta.

Após fim de programa federal, Doria promete ampliar ensino integral

Segundo secretário de Educação, 50 mil alunos deverão ser adicionados ao projeto, no ensino fundamental e no médio

Angela Pinho

São Paulo- Uma semana após o Ministério da Educação anunciar o fim de um programa de ensino em tempo integral, o governo João Doria (PSDB) prometeu nesta quarta-feira (21) ampliar a modalidade em São Paulo.

Segundo o secretário de Educação, Rossieli Soares, a expectativa é aumentar a partir de 2020 em cerca de cem colégios, que atendam, em média, 500 alunos cada um. A adesão ao programa acontecerá de acordo com o interesse e a disponibilidade das escolas.

Se a estimativa da Secretaria da Educação se concretizar, serão 50 mil alunos a mais em tempo integral na rede estadual paulista, um aumento de 24% em um ano.

O programa que será expandido tem carga horária de até 9h30,

contra 5 h na rede regular. A ideia é beneficiar unidades que atendam o ensino médio e os anos finais do ensino fundamental (6o ao 9o).

A grade curricular inclui preparação para o mundo do trabalho, orientação de estudos e clubes juvenis, organizados pelos alunos em função de temas de interesse.

Na semana passada, a Secretaria de Educação Básica do MEC anunciou em evento com secretários municipais de Educação o que chamou de descontinuidade do programa Novo Mais Educação, que ajudava a financiar a ampliação da jornada escolar no ensino fundamental.

Em seu lugar, será colocado um projeto-piloto voltado à etapa do 6o ao 9o ano.

A pasta prometeu continuar com o programa de fomento ao tempo integral no ensino médio. A meta é passar de 230 mil matrículas para 500 mil em 2022.

Como a Folha mostrou em julho,

a gestão Bolsonaro não havia repassado até aquele momento nenhuma verba para o apoio à educação em tempo integral.

Indagado sobre o fim do Novo Mais Educação, Rossieli disse ser um defensor do programa, pela ampliação de possibilidades aos alunos que ele oferece.

O secretário estava no MEC quando o Novo Mais Educação foi reformulado, na gestão Temer (MDB), passando a focar mais o reforço de aprendizagem em português e matemática do que em atividades extracurriculares.

Ele afirmou nesta quarta-feira, porém, que acha louvável que todos os programas do ministério e das secretarias sejam reavaliados e, se necessário, modificados.

A rede municipal de São Paulo também vem ampliando o ensino em tempo integral. Desde o ano passado, o número de escolas com a modalidade aumentou 43%, passando de 102 para 146.





Estudantes da escola estadual Maestro Fabiano Lozano, na Vila Mariana; colégios poderão aderir ao programa de ensino integral do governo Doria Zanone Fraissat - 30.ago.18/Folhapress

Pais poderão fazer matrícula por meio de aplicativo

A Secretaria Estadual de Educação de SP anunciou nesta quarta (21) que as matrículas nas escolas da rede poderão ser feitas no aplicativo Minha Escola SP, disponível nos sistemas iOS e Android, e no site da pasta (sed.educacao.sp.gov.br)

A possibilidade vale para estudantes que já estão na rede estadual e cujos responsáveis tenham cadastro no sistema.

As matrículas e a atualização cadastral poderão ser feitas de 26 de agosto a 23 de setembro. Para estudantes de fora, a inscrição vai de 1 a 31 de outubro.

A secretaria fez um apelo aos pais para que façam o cadastro de suas informações. Com isso, eles poderão acompanhar as notas e a frequência escolar dos filhos.

Atualmente, apenas 350 mil responsáveis pelos alunos estão no cadastro. A rede estadual tem 3,5 milhões de alunos.

Ataque a escola leva pânico a alunos no RS



Aulas foram suspensas no Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand, na cidade de Charqueadas

Ex-aluno feriu quatro estudantes com golpes de machadinha. Segundo depoimento prestado à polícia, adolescente de 17 anos disse que se inspirou no massacre de Suzano, em São Paulo, e que queria matar desafeto

Um adolescente de 17 anos feriu quatro estudantes com golpes de machadinha em um ataque a uma sala de aula do Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand, no município de Charqueadas (RS), cidade próxima a Porto Alegre. O agressor era ex-aluno da instituição e foi apreendido em casa, segundo

informações da Polícia Civil da cidade. De acordo com a polícia, o jovem foi ouvido pelos investigadores e confessou o crime. Promotores de Justiça do Ministério Público Estadual também acompanham a investigação.

O ex-aluno atacou quatro estudantes com idades entre 12 e 13 anos. Nenhum deles ficou ferido com gravidade. Dois sofreram cortes e dois, apenas escoriações pelo corpo. A ação só não foi mais grave, porque um professor conseguiu tomar a machadinha das mãos do agressor, que fugiu em seguida. O jovem estava com um líquido inflamável, que tirou da mochila, e tentou atear fogo em

uma sala de aula do 7º ano do ensino fundamental.

Duas alunas desmaiaram durante a ação e foram atendidas no Hospital Municipal de Charqueadas, informou a Agência Brasil. Por meio de nota, o hospital informou que quatro meninas e dois meninos receberam atendimento na casa de saúde e esclareceu que “todos os estudantes apresentaram ferimentos superficiais e nenhum necessitou de realização de cirurgia”.

De acordo com a Polícia, ao invadir a escola, o agressor tinha a intenção de matar um ex-colega com quem tinha desavenças. Segundo o delegado Marco Aurélio Schalmes, o jovem estudou na instituição de ensino até 2015, disse que sofria bullying dos colegas e que se inspirou no massacre de Suzano, em que 10 pessoas morreram.

A intenção de eliminar o desafeto foi confirmada pela irmã do agressor, de acordo com informações da promotora de Justiça da Infância e da Juventude de Charqueada, Daniela Fistarol. Segundo a procuradora, o jovem agiu sozinho. Ele entrou na escola acompanhado da irmã e esperou pelo rival. Como não o localizou, dirigiu-se à sala na qual supunha poder encontrá-lo.

Coquetel molotov

Com um pano escondendo o rosto, o invasor se agachou perto da





porta e tirou da mochila um coquetel molotov, que acendeu em jogou dentro da sala. Assustados, os alunos tentaram fugir quebrando a janela. O artefato não explodiu e o adolescente entrou com a machadinha na mão distribuindo golpes.

Após atingir superficialmente alguns estudantes, o agressor foi desarmado pelo professor de educação física Juliano Mantovani. “Ele parecia assustado. Tanto que eu tirei a machadinha e ele não reagiu”, relatou o professor. Após ser desarmado, o adolescente fugiu, foi para casa e trocou de roupa. O pai, porém, acionou a Brigada Militar e o jovem acabou preso.

O Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand atende cerca de 700 alunos dos ensinos fundamental, médio e técnico e funciona em três turnos (manhã, tarde e noite). A instituição informou que não haverá aula nesta quinta-feira.

O governo do Rio Grande do Sul divulgou nota sobre o ataque. “Embora as vítimas não tenham sido feridas com gravidade, o governo reforça a extrema preocupação com o ocorrido e não medirá esforços para esclarecer os fatos e responsabilizar os culpados, e acompanha com máxima atenção o fato criminoso ocorrido no início da tarde desta quarta-feira no Instituto Estadual Educacional Assis Chateaubriand, no município de

Charqueadas”, diz o comunicado.

O governador Eduardo Leite (PSDB), que estava no Uruguai, foi imediatamente avisado. O vice-governador e secretário da Segurança Pública, Ranolfo Vieira Júnior, o secretário da Educação, Faisal Karam, o comandante-geral da Brigada Militar, coronel Mario Ikeda, e o subchefe da Polícia Civil, delegado Fábio Motta Lopes, se deslocaram à cidade para acompanhar a apuração dos fatos.

Tragédia

Em março passado, dois ex-alunos da Escola Estadual Professor Raul Brasil, no município de Suzano (SP), de 17 e 25 anos, invadiram a instituição e dispararam contra alunos, professores e funcionários. A ação resultou na morte de 10 pessoas — cinco alunos, dois funcionários, um comerciante assassinado momentos antes do ataque, e os dois atiradores. Segundo as investigações, um dos agressores matou o outro e, em seguida, se suicidou. O caso teve repercussão em todo o mundo. De acordo com as investigações, os dois criminosos fizeram pesquisas da internet sobre episódios semelhantes ocorridos nos Estados Unidos e para ter acesso às armas usadas no crime. As reais motivações não foram até hoje esclarecidas.

À QUEIMA-ROUPA

Marcelo Aguiar, Ex-secretário de Educação

Qual é a sua opinião sobre o modelo de gestão compartilhada das escolas públicas com a PM?

Não considero que o projeto do governo do DF seja uma militarização pura e simples das Escolas, mas, sim, uma parceria entre duas instituições do próprio governo no sentido de criar as condições de ordem e segurança para a comunidade escolar, e isto em um número pequeno de escolas. Serão 40, num universo de mais de 700 escolas. Além do que, a gestão pedagógica está garantida como responsabilidade dos profissionais da educação e não dos militares. Os professores têm que ter a tranquilidade de poder exercer seu papel de transmitir conhecimento sem a preocupação de serem vítimas ou de que seus alunos sejam vítimas da violência. Só o tempo dirá se os índices educacionais mudarão com a gestão compartilhada, mas eu torço para que dê certo.

Quais as vantagens?

A principal vantagem é a

tranquilidade que o ambiente escolar passa a ter a partir da presença da PM em seu dia a dia. Os professores e os alunos podem se dedicar, sem preocupações, ao objetivo principal: ensinar e aprender. Nos períodos que estive à frente da educação, por diversas vezes, recebi solicitações de diretores de escola no sentido de acionar a Polícia Militar para uma presença maior perto das escolas. A preocupação com a segurança do ambiente escolar, infelizmente, passou a ser uma constante em várias escolas do DF.

E desvantagens?

Não vejo grandes desvantagens no projeto, se houver a garantia de que a Lei da Gestão Democrática será obedecida.

O secretário de Educação, Rafael Parente, saiu por não concordar com a decisão do governador Ibaneis Rocha de implementar o modelo em duas escolas em que a comunidade vetou a gestão compartilhada. O que acha disso?

Houve uma inabilidade muito grande no processo de negociação com a categoria e no esclarecimento do projeto. Não havia necessidade

de se chegar a esse ponto de confronto pontual com a comunidade escolar de duas escolas. Tenho certeza de que a Secretaria de Educação deve ter recebido dezenas de solicitações de escolas interessadas em implantar o projeto e que se enquadram nos critérios estabelecidos de elegibilidade. Por que não começar por essas? É claro que é justa a preocupação do governador de que uma escola com altos índices de ocorrências de violência, de baixos resultados nos indicadores educacionais precisa ter uma solução para sua comunidade. Mas ele mesmo já recuou no caso do Giso e abriu a negociação para encontrarem uma alternativa.

Há exagero por parte do Sinpro?

O Sinpro cumpre seu papel de defesa da categoria e de preocupação com um engessamento que um projeto como esse poderia acarretar para a democracia interna, mas sempre é melhor o caminho do meio, da negociação franca e aberta, para se chegar a uma solução que seja aceita por todos. E me parece que o governo optou por esse caminho.

Segue debate sobre militarização

Terminou sem consenso a primeira reunião entre o secretário de Trabalho e Educação, João Pedro Ferraz, e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro) sobre a implementação da gestão compartilhada com a Polícia Militar nas duas escolas que rejeitaram o modelo — o Centro de Ensino Fundamental 407 de Samambaia e o Centro Educacional Gisno, na Asa Norte. Antes confirmado no encontro, o governador Ibaneis Rocha (MDB) não compareceu.

Recém-nomeado na Educação, João Pedro explicou que precisa se inteirar sobre o assunto para conduzir as negociações — ele assumiu a pasta, oficialmente, ontem, após a demissão de Rafael Parente, que criticou a postura do chefe do Palácio do Buriti. A ideia dele é conversar com a comunidade escolar das duas instituições de ensino antes de discutir com o GDF e a entidade uma proposta capaz de resolver o conflito. “Eu preciso, primeiro, conversar com Ibaneis para saber qual será a determinação dele em relação a isso”, explicou. “O governador pode dizer: ‘Sim. Converse com as escolas e me traga sua impressão e opinião’. Mas, se ele disser que não vai conversar e que quer a administração compartilhada, vamos tratar de fazer isso.”

No encontro de cerca de uma hora, a Comissão de Negociação do Sinpro garantiu que não aceitará a militarização desses dois colégios. “O governo não pode aceitar apenas os resultados favoráveis a ele”, argumentou o diretor Samuel Fernandes. Ele alegou que, “ontem (terça-feira) mesmo, havia PMs no CEF 407, desrespeitando literalmente o resultado das eleições”. “A PM precisa ser retirada imediatamente para resolvermos esse impasse. O governo acaba tensionando mais agindo dessa forma, impondo, de forma ditatorial. O caminho é diálogo e aceitar o resultado”, criticou.

Judicialização

Nas escolas que rejeitaram a proposta, as votações foram apertadas. No CEF 407 de Samambaia, 77,55% dos profissionais negaram o modelo. Entre pais e estudantes, 60,32% disseram “sim” à militarização. O placar final registrou 58,49% dos votos válidos contra a mudança. No Gisno, 67% dos professores, assistentes e temporários, e 54,7% dos alunos e responsáveis posicionaram-se pela rejeição da gestão compartilhada. No agregado, 57,66% barraram o projeto.

Caso o governo não recue acerca da implementação, a entidade não descarta judicializar o processo.

“Nosso jurídico está trabalhando para ver a melhor forma de resolver esse impasse, caso vá para a esfera judicial. Esperamos que o governo respeite o processo democrático”, assegurou.

Em contra-argumentação, o secretário voltou a defender a legitimidade do governador para impor o programa e afirmou não existir uma crise na pasta devido ao impasse, que resultou a demissão do primeiro titular da gestão, Rafael Parente. “Isso é um ponto dentro de um pequeno programa da Secretaria de Educação”, frisou.

Facada em escola de Ceilândia

Um aluno de 14 anos foi esfaqueado, ontem, no perímetro do Centro Educacional 7 de Ceilândia (CED 7), escola militarizada desde fevereiro. O jovem havia saído do colégio e estava a caminho de casa. O agressor, de 15, o atingiu com um canivete na barriga. O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) socorreu a vítima e a encaminhou ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC). O adolescente suspeito foi conduzido para a Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA II).

Aprendizado sem fronteiras



Alunos e educadores do Colégio Objetivo de Águas Claras que fazem parte do programa da Unesco

Sete escolas do DF participam e desenvolvem projetos em programa da Unesco em que trocam experiências dentro e fora do país sobre práticas educacionais inovadoras

» JÉSSICA EUFRÁSIO

A educação é um dos principais caminhos para a compreensão de temas importantes — e urgentes — da agenda global. Norteadas por esse compromisso, sete escolas públicas e privadas do Distrito Federal abraçaram a missão de levar adiante os ideais da Organização das Nações Unidas para a

Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) dentro das programações de ensino. Elas integram uma rede mundial, fundada em 1953, intitulada Programa de Escolas Associadas (PEA). A iniciativa envolve mais de 11,5 mil colégios parceiros espalhados por 182 países.

No Brasil, há 583 instituições de ensino associadas, incluindo escolas quilombolas, indígenas e rurais. O Instituto Federal de Brasília (IFB) Riacho Fundo 1 compõe a lista desde o ano passado. Com nicho educacional focado em turismo, hospitalidade e lazer, o câmpus promove atividades extracurriculares com alunos de cursos técnicos

integrados ao ensino médio.

Professor de história no instituto, Thiago de Faria e Silva associou temas relacionados a Unesco para desenvolver projetos com estudantes. No entanto, a experiência dele no PEA Unesco não é de agora. A escola na qual trabalhava antes, em São Paulo, também integrava o programa. “Quando entrei no IFB, falei com professores sobre a rede e começamos a desenvolver um projeto sobre patrimônios da humanidade e a estudar com estudantes alguns locais tombados pela Unesco e pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A proposta despertou interesse”, conta.

Entre as atividades realizadas, houve visitas a pontos turísticos de Brasília — que recebeu o título de Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco em 1987 — e jantares promovidos durante um trabalho sobre a cultura e a história da alimentação. O próximo passo, segundo Thiago, é ampliar o contato com outras escolas do PEA. “Foi um ótimo projeto integrado para relacionar áreas de turismo e gastronomia com história, línguas, ciência e biologia. Vemos uma mudança de postura do aluno em relação à atitude dele como cidadão”, comenta o professor.

Estudante do 2º ano do ensino médio e do curso técnico em cozinha





do IFB Riacho Fundo 1, Geovana Pereira, 16 anos, considerou a experiência desafiadora. “No primeiro semestre, estudamos uma região de túmulos da Coreia do Norte (Complexo de Túmulos Koguryo). Por se tratar de um país muito fechado, foi um pouco complicado. Depois, estudamos sobre a Catedral de Notre-Dame de Paris. Neste ano, aprendemos sobre a gastronomia candanga, que tem a ver com nosso curso de cozinha. Muitas vezes, quando falamos de gastronomia, pensamos só no que existe na Europa, mas há uma riqueza muito grande aqui no Brasil”, avalia.

Colega de Geovana, Raquel Borges, 16, também cursa o ensino médio integrado à formação técnica em cozinha. Ela reconhece que os trabalhos desenvolvidos no âmbito do PEA favorecem uma visão ampla sobre a sociedade. “É importante conhecer mais sobre o mundo que nos cerca e sobre a história do Brasil. Foi muito gratificante trabalhar com o tema da culinária candanga. Inclusive, tenho cozinhado bem mais em casa e estou mais fascinada por comida”, comemora a estudante.

Compromisso

Dentro e fora de sala, os educadores das escolas do PEA dedicam-se a pensar em projetos extracurriculares que colaborem com a formação dos estudantes. A iniciativa permite que o ambiente escolar se torne um “laboratório de ideias”, com abordagens de ensino e aprendizagem baseadas nas prioridades e nos valores da Unesco.



“O programa é uma complementação para fazer as coisas acontecerem. Queremos pessoas participantes, não só quem vá para ganhar a chancela” Myriam Tricate, coordenadora do PEA Unesco no Brasil

Entre eles, está a construção de uma cultura de paz, a promoção da educação para o desenvolvimento sustentável, a aprendizagem intercultural e a formação de gerações conscientes do papel que exercem para a cidadania global.

Diretora da Escola Classe 39 de Taguatinga, uma das associadas, Karine Silva Pereira destaca que o compromisso com o programa exige dedicação. A escola em que ela atua recebe alunos do 1º período da educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. “É preciso um empenho diário. Todos os dias procuramos ter um ambiente agradável, que acolha os estudantes

e as famílias, para que possamos trabalhar dentro da proposta. É necessário compromisso, mas temos uma equipe muito dedicada”, elogia Karine.

A cultura da paz e a preservação do meio ambiente são alguns dos principais temas levados para o colégio. Os efeitos dos projetos se refletiram no resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2017. Naquele ano, a escola ficou em 10º lugar entre as instituições de ensino de anos iniciais mais bem colocadas do DF, alcançando nota 7,2. “O que mais mudou foi o fortalecimento das atividades pedagógicas. Frequentemente, fazemos um momento de avaliação e, de modo geral, recebemos respostas positivas dos estudantes”, acrescenta Karine.

Como se associar

O Programa de Escolas Associadas (PEA) da Unesco não se trata de um selo ou reconhecimento por parte da entidade. As instituições de ensino devem apresentar um pré-projeto com as propostas de trabalho para o ano, além de um relatório de atividades após a conclusão delas. Para se associar, é necessário preencher um formulário em português, em um segundo idioma (inglês, espanhol ou francês) e entrar em contato com a rede por meio do e-mail mvt@colegiomagno.com.br. Informações: <https://www.peaunesco.com.br/comoassociar.htm>





Agenda global

Confira os temas escolhidos pela Unesco para as instituições de ensino associadas ao PEA em 2019:

- » Ano internacional das línguas indígenas
- » Ano internacional da moderação
- » Ano internacional da tabela periódica
- » Década internacional dos afrodescendentes (2015-2024)
- » Década internacional para ação: água para o desenvolvimento sustentável (2018-2028)
- » Desenvolvimento sustentável
- » Mudanças climáticas
- » Patrimônio material e imaterial

Educação de qualidade

O Brasil é o segundo país do mundo com o maior número de escolas na lista do Programa de Escolas Associadas (PEA) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), perdendo só para o Japão. O cerne da iniciativa não se distancia da proposta que norteia os trabalhos da maior parte das instituições de ensino: baseia-se no desenvolvimento de uma aprendizagem colaborativa, com integração entre gestores, professores, estudantes e comunidade escolar.

A coordenação nacional do PEA promove missões pedagógicas internacionais a fim de estimular o intercâmbio de conhecimentos e de construir uma ponte entre a rede brasileira e a do restante do planeta. Em setembro, Ouro Preto (MG) sediará o encontro nacional das escolas participantes. A expectativa é de que as atividades executadas nos colégios associados contribuam, futuramente, com o fortalecimento das capacidades nacionais e

garantam uma educação de qualidade para todos, seja ela pública, seja privada.

A rede não tem fins lucrativos nem oferece recursos financeiros ou materiais para as instituições de ensino. Mesmo assim, há centenas de colégios que se candidatam para integrar a iniciativa global. “O programa é uma complementação para fazer as coisas acontecerem. Queremos pessoas participantes, não só quem vá para ganhar a chancela”, ressalta a coordenadora nacional do PEA Unesco no Brasil, Myriam Tricate.

Por meio das propostas de trabalho, os estudantes são instigados a refletir sobre problemas em nível mundial. No Colégio Objetivo de Águas Claras, um dos sete associados no Distrito Federal, assegurar a formação cidadã dos estudantes é uma das metas. Os projetos escolares envolvem, por exemplo, trabalhos sociais, que incluem arrecadação e doação de alimentos, e mudanças de hábitos

com foco na conscientização sobre problemas ambientais.

Além do lado pessoal, os efeitos são esperados no campo profissional. “É algo que contribui mais para a formação do caráter da pessoa. Ela acaba convivendo com uma outra realidade e aprendendo sobre ajudar o próximo. É importante que isso seja passado aos alunos para que possam compartilhar com os demais”, comenta Amanda Balbi, 17 anos, estudante do 3º ano do ensino médio.

Para Victor Xavier, 16, aluno do 2º ano do ensino médio, as conquistas impactarão principalmente, as futuras gerações. “É um despertar de consciência. Você começa a enxergar as coisas de outra forma e a questionar um pouco. A noção de cidadania é o mais importante. Educação é muito mais que conseguir aprovação em uma universidade. Os resultados serão visíveis a longo prazo”, acredita o adolescente.

MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS**Governo e sindicato dialogam****OLAVO DAVID NETO****VÍTOR MENDONÇA**

redacao@gruposjbr.com

Aconteceu, na manhã de ontem (21), a primeira reunião entre a Secretaria de Educação e o Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) desde o início do embate entre Ibaneis Rocha (MDB) e a entidade sobre a militarização das escolas. No último sábado (17), duas instituições da rede pública recusaram, via plebiscito, o programa de gestão compartilhada com a Polícia Militar (PMDF). Mesmo assim, o GDF apontou que irá adotar o modelo nas escolas. Inicialmente confirmado no encontro de ontem, o governador Ibaneis Rocha alegou problemas de agenda e não se reuniu com os sindicalistas.

O Sinpro formou uma comissão de negociação para dialogar com o governo. Após a reunião, marcada a pedido da entidade, o grupo elogiou a postura do secretário do Trabalho - e, agora, também da Educação -, João Pedro Ferraz dos Passos, que representou o Executivo no encontro. "Ele ouviu e disse que precisa tratar disso com o governador", comentou um dos membros do grupo. Em coletiva, ele negou que a militarização já esteja em curso no CEF 407 Samambaia. "Eu tenho que sentar com o secretário de Segurança pra ver quantos agentes vão pra lá. Tem que acabar essa sensação de que a gestão compartilhada é botar a polícia dentro da escola", comentou o secretário.

Para João Pedro, o debate é válido, mas a decisão final é do Buriti. "Se o governador disser 'eu vou impor esse resultado nas escolas que se submeteram à consulta e votaram contra', vai ser uma decisão do governador e ele vai impor", comentou. Apesar disso, Ferraz deu a entender que a vontade das escolas será respeitada. "Tem que ver se temos um diálogo. E se eles disseram 'não, nós não precisamos disso, a escola tá bem, tá linda, tá ótima', tudo bem. Toca a vida", declarou o secretário.

Diretora de Finanças do sindicato, Rosilene Correia rechaçou os recentes ataques do governador à ca-

tegoria. "Temos um problema a ser tratado, e é preciso tratar isso de forma madura, com a responsabilidade que cada um tem, tanto o sindicato, quanto o Executivo", declarou a sindicalista. Nos últimos dias, Ibaneis fez críticas à entidade, acusando-a de influenciar no resultado das urnas no CEF 407 Samambaia e no Gisno, na Asa Norte. Para Rosilene, cabe a Ibaneis entender "o papel do sindicato, porque nosso local de atuação é na escola". "É papel do SinPro debater qualquer pauta que seja do interesse da educação pública do DF", completou a educadora.

Entrave judicial

Ante a declaração do governador de que os "insatisfeitos procurem a Justiça", Rosilene afirmou que a via judicial pode ser a alternativa do Sinpro na defesa das escolas que recusaram a militarização. "Temos compromisso de dar total apoio às escolas que disseram não a essa proposta, e é isso que será feito", pontuou a diretora. O secretário rebateu dizendo que qualquer tratativa jurídica fecha o recém-aberto canal de diálogo. "A gente começou a conversar agora, se eles quiserem judicializar, nós encerramos as conversas e vamos pra Justiça", garantiu o novo chefe da Educação candanga.

Obrigações

A consulta realizada junto a pais, alunos e professores nas escolas que foram às urnas no sábado (17) não é vinculante. Ou seja, não obriga o Governo do Distrito Federal a seguir o resultado das votações. Para o Sinpro, porém, a consulta é um caminho sem volta. "Ao chamar a comunidade pra debater e fazer sua opção, é preciso respeitar", pontuou Rosilene. Ibaneis alega que o sindicato e partidos de esquerda fizeram campanha nos pleitos, o que quebraria o acordo feito com o GDF. O governador ainda desafiou a entidade a abrir as contas para mostrar que não interferiu no resultado. O Sinpro rebateu dizendo que "não deve prestar contas ao governo, e sim à classe que representa".